



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026**  
**Concorrência Eletrônica Nº 001/2025**

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CASEIROS/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Mário Cirino Rodrigues, nº 249, bairro centro, nesta cidade de Caseiros, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 90.483.058/0001-26, neste ato representado pela Prefeita Municipal Joelice Bortolanza Canali, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e **HIDRO CHAPECÓ POÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA** inscrito no CNPJ sob nº **61.284.292/0001-26**, com sede na Rua Prudente José de Moraes Barros, nº 1560 D, Bairro Alvorada, Cidade de Chapecó/SC, CEP: 89.803-120, neste ato representando pelo seu Sócio, Sr. Rodrigo Boneti, brasileiro, maior, residente e domiciliado na Rua Prudente José de Moraes Barros, nº 1560 D, Bairro Alvorada, Cidade de Chapecó/SC, CEP: 89.803-120, , CPF nº 038.345.099-30, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E ENTREGA**

A CONTRATADA fornecerá a CONTRATANTE o serviço de perfuração/construção de poço tubular parcial ou totalmente revestido, na comunidade da Vargem Bonita, Município de Caseiros/RS, coordenadas geográficas -28.274533° e -51.701397° em conformidade com as Normas NBR12.212 e 12.244 da ABNT e projeto básico anexo ao contrato:

Planilha Orçamentária – ETAPA 1					
Cliente: Município de Caseiros					
Obra: Construção de Poço Tubular Profundo					
Etapas	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço do Item
1	Confecção e Instalação da Placa de Obra	Unid.	1	R\$ 1.900,00	R\$ 1.900,00
1	Taxa de Mobilização	Unid.	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
	<b>Perfuração</b>				
2	Perfuração em 12" de 0 a 20 m	m	20	R\$ 145,00	R\$ 2.900,00
2	Perfuração em 6½" de 0 a 100 m	m	100	R\$ 135,00	R\$ 13.500,00



2	Perfuração em 6½" de 100 a 140 m	m	40	R\$ 150,00	R\$ 6.000,00
	<b>Revestimento</b>				
3	Tubo Geomecânico 6"	m	8	R\$ 400,00	R\$ 3.200,00
3	CAP PVC Geomecânico 6"	Unid.	1	R\$ 100,00	R\$ 100,00
3	Laje de Proteção	Unid.	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
3	Cimentação Espaço Anular	m	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
	<b>Complementação</b>				
4	Teste de Vazão	Hora s	24	R\$ 150,00	R\$ 3.600,00
4	Coleta e Análise de Água (Padrão Outorga DRH)	Unid.	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
4	Cercamento do Poço (2 x 2 m)	m²	4	R\$ 550,00	R\$ 2.200,00
4	Projeto de tamponamento do poço (se necessário)	Unid.	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
<b>Custo Total da Obra</b>					<b>R\$ 38.600,00</b>

Planilha Orçamentária – ETAPA 2

Cliente: Município de Caseiros

Obra: Construção de Poço Tubular Profundo

Etapas	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço do Item
5	Instalação do Sistema de Bombeamento	Unid.	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
5	Tubo de Rosca galvanizado 1.1/4" 40 mm	m	140	R\$ 50,00	R\$ 7.000,00
5	Corda de Polietileno Torcida Azul 10 mm	m	140	R\$ 3,50	R\$ 490,00
5	Cabo PP Flexível 3x4 - 4 mm	m	140	R\$ 22,00	R\$ 3.080,00
5	Luva Roscavel galvanizada 1 1/4"	Unid.	10	R\$ 15,00	R\$ 150,00





5	Curva Galvanizada M/F 90° de 1.1/4"	Unid.	1	R\$ 50,00	R\$ 50,00
5	Hidrômetro Multijato - Qn =10 m³/h	Unid.	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
5	Bomba Submersa para Poço Tubular Profundo, Ø 4" (7.5 HP,20 estagios)	Unid.	1	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
5	Tubo PVC Soldável 20mm (Tubo de Monitoramento)	m	140	R\$ 2,00	R\$ 280,00
5	Quadro de Comando	Unid.	1	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00
5	Reservatório de 20.000 litros (fibra)	Unid.	1	R\$ 9.050,00	R\$ 9.050,00
<b>Custo Total da Obra</b>					<b>R\$ 30.400,00</b>

**Parágrafo Primeiro:** As despesas com deslocamento para realização dos serviços, correm por conta da contratada.

**Parágrafo Segundo:** A CONTRATADA obriga-se a seguir o projeto básico anexo a este contrato, assim como as demais especificações técnicas previstas no Termo de referência do Edital de Concorrência Eletrônica nº 001/2025.

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA deve realizar os serviços no prazo máximo de 3 (três) meses, contados da assinatura do presente contrato.

**Parágrafo Quarto:** O recebimento de cada poço tubular será de responsabilidade dos fiscais de obra designados pela CONTRATANTE e se dará em duas etapas: a provisória e a definitiva.

- I. A provisória: Recebimento considerado provisório será feito após vistoria em campo dos fiscais responsáveis para o acompanhamento das obras, e da entrega do Relatório Técnico Construtivo, conforme normas da ABNT.
- II. A definitiva: O recebimento considerado definitivo deverá ser feito pelo CONTRATANTE em um prazo mínimo de um mês quando constatadas condições adequadas para a montagem e operação do poço após executado o teste de bombeamento no poço e verificado que o mesmo não apresentou problemas de cunho construtivo.

**Parágrafo Quinto:** Para cada atividade a ser iniciada na obra, a CONTRATADA deverá ser autorizada pelo fiscal designado pela CONTRATANTE;

**Parágrafo Sexto:** A CONTRATADA deverá manter na obra um Boletim Diário de Perfuração, com notação de todas as atividades e materiais empregados, com cópia para a fiscalização. O



fiscal designado pela CONTRATANTE deverá assinar este Boletim Diário de Perfuração, em cada uma de suas visitas, com data e hora.

**Parágrafo Sétimo:** A CONTRATADA deverá entregar um Relatório Técnico Construtivo conforme a norma NBR 12.244 da ABNT. Farão parte deste relatório: amostras, perfis IEL, SP, GR, Sônico e interpretado, se houver, boletins diários de perfuração, perfil litológico e construtivo, perfil de tempo de penetração, planilha de materiais utilizados na obra e Nota Fiscal com o custo da obra conferida e assinada pelo fiscal da obra designado pelo CONTRATANTE, em conformidade com o item 3.11 do Projeto Básico.

**Parágrafo Oitavo:** A obra denominada de perfuração de poço tubular será considerada concluída pela CONTRATANTE conforme prevê item 3.10 do Projeto Básico;

**Parágrafo Nono:** No caso que venha a ocorrer a perda / trancamento de ferramental, ou no caso de dificuldades construtivas, ou por outro motivo qualquer, ou ainda que a CONTRATADA tenha que paralisar ou abortar a perfuração deste poço, deverá a CONTRATADA providenciar o preenchimento do poço com uma mistura composta de argamassa de argila e cimento às suas expensas em conformidade com o item 2.8 do Projeto Básico.

## **DO VALOR E DO PAGAMENTO**

**Cláusula Segunda:** O preço a ser pago pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, pelo fornecimento do serviço de perfuração/construção de poço tubular, correspondente ao total de R\$ 69.000,00 (Sessenta e nove mil reais), compreendendo o valor de R\$ 38.600,00 (Trinta e oito mil e seiscentos reais) para a Etapa 1 e o valor de R\$ 30.400,00 (Trinta mil e quatrocentos) para Etapa 2.

## **DO PAGAMENTO**

**Cláusula Terceira:** O pagamento do objeto desta licitação dar-se-á mediante as condições abaixo:

- a) O pagamento será realizado por meio de depósito bancário, em etapas, conforme o avanço da execução dos serviços de perfuração do poço. Cada etapa será quitada no prazo de até 30 (trinta) dias após sua entrega e aprovação pela Administração, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, observando-se, ainda, as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- b) O depósito bancário será feito na seguinte conta corrente da Contratada é a seguinte:  
Banco: Sicredi  
Nº conta: 34881-4  
Agência: 0258





- c) A nota fiscal emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número da Concorrência, e do empenho e deverá constar o Termo de Convênio Avançar na Agropecuária – Poços FPE nº 1649/2023, Processo nº 23/1500-0021959-0 a fim de acelerar o tramite de recebimento dos bens licitados e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;

#### **DA VIGÊNCIA**

**Cláusula Quarta:** O presente contrato terá vigência pelo período de 15 (quinze) meses sendo 03 (três) meses para realização dos serviços, contados a partir da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021, afim de finalização, e 12 meses de garantia de materiais e serviços.

#### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Cláusula Quinta:** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Obras e Viação;

2018 – Saneamento básico rural;

449051000000 – Obras e Instalações

#### **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**Cláusula Sexta:** Constituem também obrigações e responsabilidades da contratada:

- A. Executar a perfuração/construção do poço tubular na Comunidade da Vargem Bonita, Caseiros/RS, em conformidade com o Termo de Referência, Projeto Básico, Especificações técnicas, Laudo Hidrogeológico de Estudo Prévio e planilhas orçamentárias anexadas ao Edital de Concorrência Eletrônica nº 001/2025 e Contrato Administrativo.
- B. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega;
- C. Responder por danos decorrentes de erro na execução;
- D. Cumprimento de outras exigências já definidas no presente contrato e previstas na Lei nº 14.133/2021.
- E. Providenciar o Diário de perfuração para que as partes registrem os serviços diários, as alterações ocorridas e os fatos relevantes;
- F. Providenciar a limpeza final, que deverá ser aprovada pelo Fiscal do Contrato.
- G. Atender as solicitações do Fiscal do Contrato;
- H. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) tantas quantos forem às necessárias;
- I. Depositar os rejeitos de obra em local adequado (licenciado);



- J. Comunicar o Fiscal do Contrato (com antecedência suficiente) sobre possíveis intervenções nas vias públicas. Também solicitar a este que comunique o órgão municipal competente;
- K. Fornecer material, mão de obra e equipamentos necessários a completa e adequada execução do objeto;
- L. Exercer a supervisão e a administração dos serviços;
- M. Respeitar e promover as Normas de Segurança e de Medicina do Trabalho;
- N. Disponibilizar EPI's e EPC's adequados e convenientes para execução dos trabalhos, tendo estes Certificados de Aprovação (CA);
- O. Promover e cumprir a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002. Tem-se, ainda, que observar, prevenir e fazer cumprir os artigos 46, 49 e 60 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- P. Manter como Responsável Técnico, na execução do contrato, o mesmo profissional detentor do atestado de responsabilidade técnica, para atendimento à qualificação técnico-profissional da fase de habilitação do processo licitatório, ou outro profissional que atenda os mesmos requisitos previstos no edital, desde que aprovado pela administração;
- Q. Utilizar vestimenta regulamentada para o trabalho;
- R. Utilizar, empregar e implementar Equipamentos de Proteção Coletivas (EPC);
- S. Utilizar equipamentos de Proteção Individuais (EPI's) mínimos, necessários e adequados para o ambiente de trabalho, a exemplificar: máscara para vapores orgânicos; luvas nitrílicas; botinas de segurança contra riscos mecânicos e elétricos; macacão sanitário, capacete entre outros;
- T. estar ciente dos procedimentos de segurança estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras - NRs e possuir todos os equipamentos de segurança exigidos, além de ferramentas e materiais de montagem apropriados.
- U. O Concedente terá o prazo de até 10 dias para emitir, por meio de apostila no sistema FPE, portaria Publicada no DOE designando o substituto de fiscal que tenha incorrido em incompatibilização durante a vigência do convênio. A empresa perfuradora deverá fornecer à fiscalização uma cópia do boletim de sondagem, perfil geológico- construtivo do poço e relatório fotográfico:
  - U.1 O boletim de sondagem deve conter todas as atividades diárias executadas no canteiro de obras;
  - U.2 O croqui do perfil geológico-construtivo deve conter também os níveis, entradas d'água e vazão;
  - U.3 Fotografias da instalação do tubo de revestimento de aço calandrado;





- U.4 Fotografias da instalação do tubo de revestimento geomecânico;
- U.5 Fotografias da colocação do pré-filtro;
- U.6 Fotografias da injeção do selamento sanitário;
- U.7 Fotografias do equipamento de bombeamento a ser instalado no poço;
- U.8 Fotografias do ensaio de bombeamento;
- U.9 Fotografias da área do cercamento do poço.

V. A contratada deverá observar o regramento do Termo de Convênio Avançar na Agropecuária – Poços FPE nº 1649/2023, Processo nº 23/1500-0021959-0 no que lhe for aplicável, conforme ANEXO VI do Edital;

### **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**Cláusula Sétima:** Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fiscalizar a execução do objeto podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos;
- b) Efetuar o pagamento da forma acordada neste instrumento;
- c) Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, se necessário;

### **DA FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula Oitava:** A fiscalização dos serviços contratados será exercida pelo servidor Márcio Gregolon CREA RS 26995 e Letícia Fernanda Thomé CREA RS 194.749 para validação do perfeito atendimento dos serviços contratados.

**Parágrafo Primeiro:** A fiscalização terá poderes, dentre outros, para notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas no decorrer da execução do objeto contratual, podendo exigir a correção dos serviços que julgar inaceitáveis.

**Parágrafo Segundo:** Ao final de cada etapa de execução a contratada deverá fornecer relatório de serviços, discriminando os serviços executados, acompanhado de fotos demais documentos comprobatórios, cujo documento será apresentado a fiscalização do município para aprovação e liberação dos valores correspondentes a etapa concluída.

### **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula Nona:** A CONTRATADA se sujeita, no que couber, às penalidades previstas no art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantido o direito de ampla defesa.

**Parágrafo Primeiro:** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- f) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

**Parágrafo Segundo:** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**
  - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15(quinze) dias;
  - (2) O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**Parágrafo Terceiro:** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

**Parágrafo Quarto:** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º), e se observará o seguinte:

- 1.1.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 1.1.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).





1.1.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (*sessenta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**Parágrafo Quinto:** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo Sexto:** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo Sétimo:** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**Parágrafo Oitavo:** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

**Parágrafo Nono:** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

**Parágrafo Décimo:** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Caseiros**  
CNPJ: 90.483.058/0001-26



**Parágrafo Décimo Segundo:** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

**Cláusula Décima:** A CONTRATADA reconhece desde já que o presente contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas no art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no que couber ao objeto deste contrato.

#### DO FORO

**Cláusula Décima Primeira:** O Foro competente para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente instrumento contratual é o da Comarca de Lagoa Vermelha/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim certos e ajustados, firmam o presente instrumento exarado em três vias de igual teor e forma, assinados pelas partes contratantes e de fiscalização do contrato, para que surta seus efeitos legais.

Caseiros, 05 de janeiro de 2026.

  
**MUNICÍPIO DE CASEIROS/RS**

**Contratante**  
**Alaor Alves Ferreira**  
**Prefeito Municipal, em Exercício.**

rodrigo  
boneti:0383450  
9930

Assinado de forma digital  
por rodrigo  
boneti:03834509930  
Dados: 2026.01.05 08:08:57  
-03'00'

**HIDRO CHAPECÓ POÇOS E SOLUÇÕES**  
**AMBIENTAIS LTDA**  
**Contratada**

**Fiscais do Contrato**

  
**Márcio Gregolon**  
**CREA 26995**



Documento assinado digitalmente  
**LETICIA FERNANDA THOME**  
Data: 07/01/2026 16:18:08-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**Letícia Fernanda Thomé**  
**CREA 194.749**





Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Caseiros**  
CNPJ: 90.483.058/0001-26

MUNICÍPIO DE  
**CASEIROS**

Compromisso e trabalho  
pelo bem de todos.

Gratuito 0800-7020

Testemunhas:

1º

2º

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

CASEIROS